

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 09-07-2025

Ata nº 14

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Adriano Esteves Lima	Vice - Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Maria do Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Daniel Domingues Alves	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 04-07-2025

Operações Orçamentais	590.001,65€
Operações de Tesouraria	506.351,66€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Vice-presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por cumprimentar todos os Vereadores e justificando a condução dos trabalhos da presente reunião pela sua pessoa, devido à ausência do Senhor Presidente da Câmara, por questões de agenda. Aproveitou o ensejo para informar que a ausência da Vereadora Fátima Sousa se deveu ao facto de estar de férias.

Posto isto, prosseguiu dando as boas vindas à nova secretária, a Técnica Superior Ana Silva, que é a primeira vez que dá este apoio.

Após esta intervenção de cumprimentos, o Vice-Presidente referiu que, no período antes da ordem do dia, gostaria de deixar duas ou três notas. A primeira, referente a quatro eventos que aconteceram a três de junho. Em primeiro lugar, a Feira do Gado, que decorreu na Branda da Aveleira, onde teve a oportunidade de estar presente já pelo terceiro ano consecutivo. Referiu que esta é a única feira do gado que existe atualmente em Melgaço, na freguesia da Gave, configurando a recuperação de uma tradição antiga, sendo certo que, em tempos, existiram outras feiras do gado noutras freguesias. Referiu que estiveram presentes, neste evento, muitas pessoas de vários pontos do território, não só do nosso concelho, mas também de outros concelhos (incluindo galegos), bem como alguns produtores locais e que tudo correu muito bem. No seguimento desta exposição, o Vice-Presidente felicitou a iniciativa dos Mordomos da Senhora da Guia, que são eles que promovem este evento. Referiu, ainda que, no âmbito deste evento, decorreu um incidente, que foi público e ao qual assistiu, em que um senhor foi atingido por um animal que estava a participar num concurso, senhor este que foi depois evacuado do local por helicóptero. Sobre este acontecimento, o Vice-Presidente informou que, felizmente, nada de muito grave sucedeu ao senhor atingido, que era residente nos Arcos de Valdevez, tratando-se, apenas, de uma fratura num braço, tendo tido conhecimento que, cerca de dois dias após o acontecimento, o senhor se encontrava bem e em casa, em recuperação.

Em segundo lugar, o Vice-Presidente chamou à colação o “EPX- Peneda Gerês (Extreme Peneda Xurés)”, que arrancou na madrugada do dia 28 de junho, evento que se traduz na prova de BTT que acontece no Parque Nacional da Peneda-Gerês já há alguns anos e que envolve diferentes concelhos: Melgaço, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, concelhos do lado galego também, como Lólbios, entre outros. Explicou que a partida e a chegada aconteceram, a primeira vez, fora do Parque, neste caso, no Castelo, no centro da Vila, por opção da organização desta edição. Transmitiu que correu tudo muito bem e que teve a oportunidade de estar presente na entrega de prémios, juntamente com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Mais explicou que se trata de uma prova que, para além de acontecer no Parque, é um desafio desportivo com três distâncias, contendo a mais curta cerca de 130 quilómetros e, a mais longa, cerca de 200. Informou que esta prova teve 180 participantes (número limitado pelo ICNF), sendo certo que nem todos a conseguiram concluir ou atingir os desafios a que se propuseram, devido ao extremo calor que se fez sentir, mas, o balanço que foram fazendo, à chegada, foi altamente positivo.

Em terceiro lugar, invocou a realização, ainda nesse mesmo dia 28 de junho, à noite, das tradicionais Marchas de S. João, que, este ano, contaram com cinco grupos (mais um grupo do que é habitual): a “Associação Noites Gaiteiras”, a “Associação da Casa do Povo de Melgaço”, a “Marcha Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço”, a “Associação Melgaço em Patins” e

os “Sem Fronteiras”, sendo este último o grupo novo. Considerou ter tudo corrido muito bem e felicitou os cinco grupos, pela sua indumentária, coreografias, músicas e pela animação. Informou que as Marchas de S. João são organizadas pelo Município de Melgaço, que todos os anos tenta inovar, tendo-o feito, este ano, com as bancadas que foram colocadas no local, no largo do mercado, considerando ter sido uma boa aposta. Acrescentou que o Município está a chegar ao formato quase ideal, admitindo alguns ajustes que se possam ainda vir a fazer. Fez um balanço muito positivo deste evento e manifestou a sua satisfação pela forma como decorreu esta edição das marchas de S. João.

Por fim, reportou-se à vitória, no domingo seguinte, dia 29 de junho, da equipa feminina sub-17 do Sport Clube Melgacense que venceu a Taça da Associação de Futebol de Viana do Castelo. Elucidou que esta equipa foi a equipa que já se tinha sagrado campeã distrital. Informou que, conjuntamente com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e com o Presidente do Sport Clube Melgacense, teve oportunidade de as receber, aqui, na Câmara Municipal, numa receção informal, só para assinalar a vitória. Mais comunicou que, posteriormente, esta equipa foi recebida, na Câmara Municipal numa sessão formal, referente ao campeonato, ao que se somou, entretanto, a Taça, com o intuito de se celebrar a “dobradinha” que elas conquistaram. Prosseguiu a sua intervenção quanto a este tema, dando os parabéns às atletas, à equipa técnica, ao Clube, aos pais e a todos aqueles que colaboraram para este efeito, realçando que, no fundo, é tudo resultado de um esforço de todos e não só das atletas.

Terminada a sua intervenção deu a palavra aos Senhores Vereadores presentes, no caso de desejarem intervir.

Nesta sequência, tomou uso da palavra o Senhor Vereador José Rodrigo, que, após cumprimentar os presentes, manifestou o propósito de salientar três ou quatro notas.

Começou pela partilha e valorização das atletas, não esquecendo a melgacense Rosa Marques, que se sagrou vice-campeã nacional no contrarrelógio realizado em Alvaiázere, no passado dia 29 de junho, realçando mais esta vitória e mostra de talento desta nossa atleta melgacense. Parabenizou a equipa feminina sub-17 do Melgacense pela conquista da Taça, anteriormente campeã distrital e também toda a sua equipa técnica e Direção do Sport Clube Melgacense, que, mais uma vez, elevaram o nome de Melgaço ao desporto feminino.

Passou, depois, a referir-se às Marchas de S. João, congratulando por mais uma edição, este ano, com mais brilhantismo no desfile e nas próprias atuações que foram proporcionadas ao público. Realçou que houve muita animação, muita participação de grupos e de muitos participantes em cada um deles. Considerou que este ano houve mais afluência e enalteceu a ideia da colocação das bancadas que ajudaram muito à comodidade das pessoas. Apontou, como surpresa, o lançamento do fogo de artifício e referiu que foi, no seu parecer, uma noite muito animada e muito popular. Dirigiu os parabéns aos marchantes, às organizações e ao staff técnico que esteve por detrás de toda esta organização: costureiras e outros intervenientes que colaboraram para o efeito. Englobou nesta parabenização, os animadores que preencheram o resto da noite. Concluiu este assunto, manifestando a esperança que doravante se engrandeça ainda mais este evento, se trabalhe para esse efeito, de forma a se elencar a categorização destas Marchas Populares como um cartaz turístico, tanto para a comunidade melgacense, como, também, para todos quantos nos visitam.

Após estas intervenções de felicitações, o Vereador José Rodrigo passou para um assunto relacionado com as Casas de Fronteira de S. Gregório. A este propósito disse que, a 28 de fevereiro foi publicado no Diário da República, o concurso público para a concessão da empreitada de obras públicas, sendo que o prazo para a entrega das propostas findou no passado dia 25 de maio.

Referiu que, na última reunião de Câmara, os Vereadores do PSD não trouxeram este assunto a propósito, porque acharam ser prematuro relativamente à elaboração do relatório preliminar, mas que vinham, agora, questionar se efetivamente já foi emitido algum relatório preliminar e acerca de outras situações que pudessem ser esclarecidas sobre este concurso.

Prosseguiu a sua intervenção, agradecendo o convite que foi dirigido a todos os Vereadores para estarem presentes na visita da Secretária de Estado da Habitação, no próximo dia 15, para efeitos de mostragem das obras feitas ao abrigo do 1º Direito. Referiu que é pretensão de todos os Vereadores do PSD estarem presentes.

Relativamente à Melsport, o Vereador José Rodrigo agradeceu o comunicado que lhes foi remetido, afirmando que ficaram minimamente esclarecidos sobre a situação que causou esta anomalia da equipa do Estoril Praia não vir estagiar para Melgaço e que lamentam esta situação, o modo como foi conduzido o processo de reparação da relva, esperando que a empresa responsável por estas reparações e manutenções seja devidamente sancionada por isto, e as repercussões económicas que tal impedimento de estágio daquela equipa trouxe. Expressou esperar que isto não se torne numa notícia menos positiva para os outros clubes que eventualmente estejam interessados em vir para cá estagiar.

Seguidamente, pediu a palavra o Vereador Manuel Fernandes, dando nota que mantinha a expectativa de haver alguma notícia que pudesse ajudar a ultrapassar o impasse do Espelho de Água de Castro Laboreiro, pese embora o facto de o Senhor Vice-Presidente não ter dado qualquer notícia sobre este assunto, o que o tornaria como que inexistente.

Retomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara que, em resposta ao Vereador José Rodrigo sobre a parabenização pela vitória da atleta Rosa Marques no Campeonato Nacional, referiu que a mesma já nos tem habituado a estes feitos e agradeceu, àquele Vereador, por ter lembrado este título, pese embora o facto de o Município já o ter reconhecido publicamente.

Sobre as Marchas, admitiu que participaram mais grupos e que cada um deles tinha mais gente. Em relação ao público, manifestou que o facto de estarem lá as bancadas permitiu que as pessoas estivessem mais cómodas, bem como possibilitou a assistência de todo o espetáculo por parte das pessoas com dificuldade de mobilidade. Realçou, igualmente, os cuidados na preparação do momento que também contribuíram para o sucesso da edição das Marchas de S. João de 2025. Concordou que devemos ambicionar mais, ter mais grupos e que estes tenham tendência a crescer, repetindo que estamos perto do formato ideal, apenas com algumas “afinações” a fazer.

Sobre as Casas de Fronteira, explicou que o Município teve várias ambições para estes edifícios e que mais recentemente tentou-se vocacionar mais para aproveitamento turístico. Referiu que se lançou o primeiro concurso, o qual ficou deserto, ao que se seguiu um período de pausa, para tentar atribuir diretamente a algum interessado. Mais tarde, decidiu-se lançar a novo concurso, com alguns ajustes, no sentido de o tornar mais apelativo. Explicou que é um processo que está a ser conduzido pelo Senhor Presidente, sendo certo que tem conhecimento de que não houve candidaturas. Deu conhecimento de que irá ser reponderado o destino a dar a estes imóveis, com um projeto mais apelativo para os investidores.

Relativamente à questão trazida pelo Vereador José Rodrigo sobre a Melsport e a alteração/cancelamento do estágio do Estoril Praia, referenciou que o representante do Município no Conselho de Administração é o Senhor Presidente de Câmara, que está mais presente e que acompanha mais de perto a dinâmica da Melsport, sendo certo que, no presente dia, foi enviado, a todos os Vereadores da Câmara Municipal e também à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, um comunicado que explica o que se passou. Esclareceu que não é habitual acontecer

este tipo de problemas, mas, uma vez que aconteceu, terá de se gerir a situação. Informou que, do que é seu conhecimento, não houve quebra da relação entre a Melsport e o Clube, nem com a empresa que organizava o estágio para o clube, que é a "Cosmos". Referiu que, tal como resulta do comunicado, existiu uma conversa aberta e franca e que foi esclarecido o que se estava a passar, o que não quer dizer que não existam responsabilidades a apurar junto da empresa responsável pela manutenção do relvado, tal como é referido no final do comunicado. No entanto, deixou claro que, tal como consta no comunicado, o Clube está a pensar voltar a vir cá, reforçando que não houve uma situação de desconforto, sequer. Continuou este assunto, referindo que é preciso não esquecer que estão agendados outros estágios, tal como o Futebol Clube do Porto B, que virá para cá no final deste mês e que é necessário garantir que existam boas condições para o estágio deste clube. Informou que lhe foi dada nota de que estão a ser diligenciadas conversações para a receção de outros clubes para estágios. Concluiu dizendo que é preciso lidar com o problema que surgiu e garantir boas condições para as equipas que agora nos vão visitar e para as que já têm estágio agendado, de forma a que não exista nenhum tipo de impedimento.

O Vice-Presidente prosseguiu, em resposta à intervenção feita pelo Vereador Manuel Fernandes, quanto à questão do Espelho de Água de Castro Laboreiro, dizendo que já existe um parecer favorável da APA, que era uma coisa que o Município já havia tido e que posteriormente foi posto em causa e que agora, finalmente, depois de todas as reuniões realizadas e de processos, foi emitido parecer favorável, na sequência do qual, se está à espera, neste momento, do parecer por parte do ICNF. Mais esclareceu que, havendo parecer favorável do ICNF, poder-se-á avançar e que, tal como o Senhor Presidente já teve oportunidade de explicar numa outra reunião de Câmara, o que está preconizado com a APA é uma intervenção minimalista, só para aquela zona que confronta com a linha da água. Reforçou que, agora, ter-se-á que aguardar que o ICNF se pronuncie, o que tornará difícil, em termos temporais, que se consiga a abertura deste espaço à comunidade neste verão.

Ainda sobre o tema dos espelhos de água, referenciou que também se encontra preconizada uma intervenção para o Espelho de Água de Lamas de Mouro, relativamente à qual se estava a aguardar a emissão de pareceres e títulos para se poder avançar com a obra. Elucidou que, no Município, redobraram-se os cuidados para que não acontecesse o mesmo que aconteceu em Castro Laboreiro e, finalmente, informou que, há relativamente pouco tempo, o Município recebeu "luz verde" para poder avançar com esta intervenção. Elucidou que a obra, digamos assim, já iniciou, uma vez que já estão a ser levados materiais para lá, há uns dias, realçando que é do seu conhecimento que existe um compromisso por parte da empresa de iniciar a obra estes dias e de tentar, ao máximo, não condicionar a utilização por parte do público que habitualmente frequenta aquele espaço nesta altura do ano.

O Vice-Presidente, tal como havia anteriormente dito, propôs-se a falar de outro assunto de Castro Laboreiro, o do Multibanco, sobre o qual lembrou que, primeiramente, estava num edifício privado, mas que, depois do assalto e porque o particular deixou de ter interesse, foi direcionado para o espaço da biblioteca, tendo-se posteriormente percebido que este não era o local adequado, por várias razões: por uma questão de estética e porque ocupava muito espaço daquele edifício que, já por si, não é muito grande. Depois de se terem visto outros cenários, o local que foi escolhido foi junto à Tasquinha Castreja, no talude que lá existe. Informou que, na semana que passou, já foi feito o desaterro, ao qual se estão a seguir os trabalhos de construção do edifício, onde depois será instalada a caixa-forte e onde ficará, depois, o multibanco. Deu nota que o Município espera que que isto seja possível a breve trecho, considerando ser um serviço importante para toda a comunidade de Castro Laboreiro e de todos os visitantes.

Por fim, o Vice-Presidente demonstrou a expectativa de ter respondido a todas as intervenções, tendo-se, no entanto, colocado à disponibilidade para esclarecimento de outro(s) assunto(s).

Nesta sequência, o Vereador José Rodrigo, pediu a palavra para se pronunciar sobre a qualidade do som projetado nas Marchas de S. João, não em termos de transmissão de música, mas de vocalista. Considerou que o som do “Voz Off” foi muito fraco, situação esta que expandiu a muitos outros eventos, dando como exemplo as sessões da Assembleia Municipal. Sugeriu que se faça ali algum acerto.

Prosseguiu, ainda, com uma outra intervenção sobre a questão da Melsport e da relva, referindo, sobre isto, que esta mudança momentânea de opção de estágio do Estoril Praia para Tróia foi objeto de divulgação pública, nos jornais desportivos e também no site do próprio clube, o que, segundo a sua opinião, poderá influenciar outros clubes, no sentido de se colocarem na retaguarda em relação à possibilidade de virem estagiar para Melgaço. Posto isto, perguntou se a Melsport tomou providências ou delineou fazer alguma coisa perante os outros clubes que tenham planeado vir fazer estágio para cá e também perante aqueles clubes que eventualmente poderiam vir a convidar para estagiar aqui no Centro de Estágios, no sentido de dar explicações sobre o que aconteceu.

Em resposta à questão do som das Marchas de S. João, o Vice-Presidente confessou não ter presente se o som usado era o da Câmara Municipal ou se era do grupo que ia atuar seguidamente, apesar de ficar com a ideia de que era o som do grupo. Referiu tratar-se de uma questão que se poderá ver e melhorar.

Sobre a Melsport e a imagem do Clube, repetiu que o Senhor Presidente poderá responder melhor sobre estas questões mais detalhadas, admitindo, novamente, que está escrito e assinado, por aquele, um comunicado que todos receberam, onde se denota que a Melsport geriu esta situação da melhor maneira, ou seja, na sequência do surgimento deste problema, falou com quem de direito e tomou medidas para mitigá-lo. Informou que este estágio tem um intermediário, que é a empresa “Cosmos”, que trabalha com a Melsport há muito anos e que já trouxe cá milhares de atletas e de equipas, sendo que esta situação foi articulada com eles, com grande transparência, tendo daí resultado o direcionamento do estágio para outro local, pese embora o Clube tenha manifestado a vontade de vir estagiar cá noutra oportunidade. Considerou que se não tivesse sido dado tanto alarido como foi dado, a nível local, esta situação nem era conhecida, até porque foi noticiada a mudança do estágio para Tróia, mas o próprio clube não invocou qual foi o motivo. Deu nota de que uma vez que esta questão foi localmente levantada, poderia ter o efeito negativo de outras equipas que tinham o estágio agendado para Melgaço ou daquelas que estavam em negociação para vir estagiar para Melgaço, virem questionar-nos sobre isto. Referiu que temos de colocar os interesses de Melgaço acima de tudo e, sobretudo, do nosso complexo desportivo. Acha que o que todos esperamos é que a Melsport continue, que receba estes estágios que estão programados e outros com quem eventualmente consiga fechar negócio e que seja um sucesso para todos. Partilhou o conhecimento de que, neste momento, se encontram lá dois estágios a decorrer: neste fim de semana, o estágio de uma equipa camada jovem e, agora, o de uma equipa de esgrima. Disse que o complexo desportivo está com vida e que vai receber, agora, aquela prova de ciclismo de campeonato europeu, nomeadamente, BTT, na vertente XCO. Apelou a que todos deveriam estar unidos, lutando e remando para o mesmo lado, rumo ao sucesso da Melsport, que o mesmo é dizer ao sucesso de Melgaço.

De seguida, tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes, relativamente ao Espelho de Água. Começou por dizer que já se tinham apercebido de uma intervenção da Câmara Municipal, quanto à limpeza do leito a jusante da ponte, com a remoção de muita vegetação, sendo certo que o fluxo da água é hoje muito mais fluído do que antes.

Relativamente a esta questão, o Vice-Presidente recordou que já haviam falado numa anterior reunião que o desassoreamento foi uma intervenção importante, no âmbito da obra que a Câmara Municipal fez na ponte. Referiu que, na altura, existiram algumas resistências na prossecução desta intervenção, mas que, ainda assim, a Câmara Municipal, mais uma vez, tomou a dianteira, assumiu esta responsabilidade e, no final, ficou muito bem. Informou que também se fez a limpeza na margem, tentando melhorar o aspeto deste local. Presentemente, é ambição da Câmara Municipal que tudo já estivesse resolvido e a ser, já, usufruído pela comunidade, não sendo, no entanto, de somenos importância realçar os avanços que esta situação teve desde o início. Transmitiu que, a esta questão do Espelho de Água e da limpeza da ponte, a Câmara Municipal juntou, posteriormente, a ambição da deslocalização da ETAR. Concluiu dizendo que são vários processos que estão todos no bom caminho.

Ainda sobre este assunto, interveio, de novo, o Vereador Manuel Fernandes, no sentido de colocar a questão de saber se a autorização concedida pela APA é uma autorização sobre condição, se estabelece algumas exigências no cumprimento de algumas regras e se incluiu, em termos de condicionamentos, alguma exigência quanto à ETAR.

Respondeu o Vice-Presidente, afirmando que o parecer da APA é mais abrangente, não se referindo só ao Espelho de Água. Esclareceu que, normalmente, quando o parecer é favorável, impõe, sempre, algumas condições e que, neste caso, apresenta algumas condicionantes. Comunicou que, quanto ao Espelho de Água, a Câmara Municipal tem prevista uma intervenção, embora mínima, mas tem que a fazer e que, em relação à ETAR, tem que se fazer uma análise do impacto ambiental da sua deslocalização, passo este que já está a ser tratado pelos serviços, com o apoio de entidades externas.

Tomou novamente a palavra o Vereador Manuel Fernandes, no sentido de solicitar que este Despacho da APA lhes fosse disponibilizado, para conhecimento dos vários fundamentos em que assenta a devida autorização.

Prosseguiu, colocando uma última pergunta que tem a ver com a questão do Multibanco. A este propósito, começou por congratular-se. Afirmou, seguidamente, ter já visto a remoção de terras para a efetivação da obra e colocou a dúvida de saber se as terras removidas são o estritamente necessário para a implantação da caixa ou se ainda vai haver mais intervenções.

O Vice-Presidente respondeu a esta questão dizendo que a informação que detém é que o desaterro está feito e que agora se vai iniciar a construção. Explicou, tal como já o havia feito noutra reunião de Câmara, que existe um modelo pré-definido pela entidade bancária e que a Câmara tem de construir no local. Relembrou que, tal como já havia sido falado numa outra reunião de Câmara, foi celebrado um Protocolo com a Caixa de Crédito Agrícola, e neste, a Câmara Municipal comprometeu-se a assegurar a construção do edifício e outras condições que incluem a energia elétrica, telecomunicações, para que o multibanco esteja lá disponível. O desafio foi escolher um local central e que não tivesse impacto pela negativa, beneficiando do facto de ser um espaço da Câmara Municipal.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

194. Neste ponto não estão presentes as atas das reuniões anteriores por não ter sido possível aos serviços concluí-las.

195. Justificação de Faltas

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de faltas.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

196. Presente requerimento em nome de Carla Fernandes, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa, relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1073, da Freguesia de Penso, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7432 de 30-06-2025 e para efeitos do disposto no n.º.1 do artigo 54.º da Lei n.º.91/1995, de 2 de setembro, na sua atual redação, a aprovação de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo rústico 1073, da Freguesia de Penso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

197. Presente requerimento em nome de António Afonso, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa, relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2907, da Freguesia de Cristóval, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7632 de 03-07-2025 e para efeitos do disposto no n.º.1 do artigo 54.º da Lei n.º.91/1995, de 2 de setembro, na sua atual redação, a aprovação de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo rústico 2907, da Freguesia de Cristoval.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

198. Presente requerimento em nome de João Carlos Azevedo Peres, representante de Carla Maria Domingues Fernandes Esteves, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela descrita na Conservatória do Registo Predial de Melgaço sob o n.º 1440 e inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 397 da Freguesia de Alvaredo, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7608 de 03-07-2025 e no uso da competência prevista no e no uso do n.º 99 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação, aprovar a emissão de certidão de destaque de parcela descrita na Conservatória do Registo Predial

de Melgaço sob o n.º 1440 e inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 397 da Freguesia de Alvaredo.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

199. Presente para efeitos de ratificação a aprovação de pedido da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, a solicitar um subsídio no valor de 1.000,00 euros, para a realização da Festa de Finalistas e de Encerramento do Ano Letivo do Jardim da Santa Casa de Misericórdia de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica de Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente interveio, referindo que a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço tem vindo a realizar uma festa de finalistas do ano em causa e que, este ano, fizeram a festa no Largo Hermenegildo Solheiro. Pediram o apoio de mil euros, à Câmara Municipal, para um palco, o som e tudo o que era necessário para celebrar este momento. Mencionou que teve a oportunidade de estar presente neste evento com o Senhor Presidente da Câmara, onde igualmente estiveram presentes para assistir outras respostas sociais, nomeadamente, da Santa Casa e do Centro de Chaviães, o que se traduziu num momento de interação engraçado, apesar do intenso calor que, no dia em causa, se fez sentir. Colocou, à disposição dos demais Vereadores presentes nesta reunião, a colocação de qualquer questão sobre este assunto.

Pediu a palavra o Vereador José Rodrigo, pronunciando-se no sentido de afirmar tratar-se de um apoio merecido aos miúdos, que muito festejaram e bem a festa dos finalistas. No entanto, colocou em causa o procedimento da forma como se solicita ao Município, nomeadamente, ao Órgão Executivo, a autorização da concessão deste tipo de apoio. Referiu que o processo se iniciou no dia 05 de junho, através da Santa Casa da Misericórdia e, no dia 13 de junho, foi endereçado ao Gabinete de Apoio à Presidência. Foi realizada uma reunião do Órgão Executivo, nos dias 11 e 25 de junho. O que se coloca em causa é que não chega a tempo à reunião de Câmara antes de se tomar a decisão da atribuição do subsídio, o que tem acontecido noutros casos. Os Vereadores do PSD apelam a que estas situações sejam evitadas. Considera que este assunto de aprovação da autorização da concessão deste subsídio já poderia ter sido discutido na reunião de Câmara do passado dia vinte e cinco de junho, uma vez que o evento decorreu a vinte e sete, mas o facto é que apenas na reunião de hoje, dia nove de julho, é que veio a ratificar.

O Vice-Presidente clarificou que a questão levantada pelo Vereador José Rodrigo é uma questão mais formal, que desejava que isso não acontecesse, mas que as pessoas que desempenham funções no Município podem não ter disponibilidade, no momento certo, até por causa de coincidir com o período de férias, para dar contributo e fazer a informação sobre este pedido de apoio, podendo levar a estas situações. Reforçou que não é desejável que assim seja, sendo de realçar que na maior parte dos casos não acontece assim, comprometendo-se, no entanto, que seria dada nota aos serviços para evitar que isto se voltasse a verificar.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7293 de 26-06-2025 e no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo

35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação de um subsídio no valor de 1.000,00€, para a realização da Festa de Finalistas e de Encerramento do Ano Letivo do Jardim da Santa Casa de Misericórdia de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

200. Presente requerimento do Clube de Veículos Antigos de Melgaço, a solicitar autorização para a realização da Manifestação Desportiva - Rampa do Pezo - Termas de Melgaço Classic Festival 2025, consequente corte de trânsito e isenção de taxas de licenciamento, que ficará anexo à esta ata. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7577 de 02-07-2025 e no uso do artigo 15º n.º 1 do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento (Regulamento nº306/2018 publicado na 2ª série do Diário da Republica em 23/05/2018), emitir parecer favorável para a realização da Manifestação Desportiva - Rampa do Pezo - Termas de Melgaço Classic Festival de 2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

201. Presente para efeitos de aprovação a adenda ao protocolo de cooperação entre o a Agência para Integração, Migrações e Asilo i.P e o Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Vice-Presidente informou que a adenda a este protocolo existente vem à aprovação, sobretudo, relativamente à introdução de algumas competências que o Município faz questão de assumir neste serviço de apoio ao emigrante e que se prende com a recolha e tratamento de dados ligados aos pedidos de autorização de residência, nas suas diversas modalidades, excetuando, de acordo com a lei, o reagrupamento familiar e também as autorizações de residência para investimento, para as quais a Câmara não tem competência.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6308 de 28-05-2025 e no uso da competência prevista na alínea r), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da adenda ao protocolo de cooperação entre a Agência para Integração, Migrações e Asilo i.P e o Município de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

202. Presente requerimento da Melsport, E.M. a solicitar autorização a realização da prova desportiva denominada UEC Mountainbike European Continental Championships - XCO - XCC -XCR, consequente corte de trânsito e isenção de taxas de licenciamento, que ficará anexo à esta ata. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal vai receber o campeonato europeu de BTT, dentro de 15 dias. Trata-se de um evento de grande relevância, que se estima que trará a Melgaço entre 400 a 500 atletas, de 20 a 30 nacionalidades. Mais informou que, no presente momento, sob indicação dos serviços, as unidades hoteleiras já estão todas esgotadas, em termos de alojamento. Também a nível

de alojamento no espaço rural em Melgaço, elucidou que existem cerca de 600 camas e que só uma empresa tem já 44 reservadas. Fez questão de realçar que é do seu conhecimento que concelhos vizinhos, nomeadamente, Monção, estão já a beneficiar da nossa iniciativa, dando conta que vários hotéis em Monção têm já muitas reservas, o que faz ganhar ao nosso concelho e aos nossos concelhos vizinhos.

Deu conta que, para a Melsport e para todo o concelho, é um desafio organizar um evento desta dimensão. Vão estar presentes os principais canais desportivos, tanto portugueses como internacionais, para transmitir o evento em direto. Vai ser um momento de grande visibilidade do nosso concelho, do nosso complexo desportivo e de tudo o que temos para oferecer.

Chamou a atenção para o facto de que, apesar de a prova se iniciar no dia 26 de julho, os condicionamentos no trânsito começam mais cedo, ou seja, já no dia 21, devido aos treinos.

Tendo pedido a palavra, fez dela uso o Vereador José Rodrigo, no sentido de alertar que se encontrava em falta o parecer da GNR.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação nº7713 de 04-07-2025 e no uso do artigo 9º do Decreto-Lei nº44/2005 de 23 de fevereiro, na sua redação atual, artigos 4º e 3º, n.º1 do DR 2-A/2005 de 23 de março e n.º1 do artigo 15º do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento (Regulamento nº306/2018 publicado na 2ª série do DR em 23/05/2018), emitir parecer favorável para a realização da Prova Desportiva denominada UEC Mountainbike European Continental Championships – XCO – XXC – XCR, corte de trânsito e isenção de taxas de licenciamento. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Gabinete de Projetos

203. Presente requerimento em nome de BrightCity - NOS, ACE para proceder a redução/libertação parcial da Garantia Bancária, no valor de 3.542.460,27 €, emitida pelo Banco BPI S.A, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente recordou que está a ser implementada a Zona Industrial de Nova Geração, que está a correr a bom ritmo, sendo certo que a fase que está mais atrasada é a de instalação dos escoamentos para a produção de hidrogénio verde. Também lembrou que foi feito um adiantamento à empresa que ganhou esta empreitada, para avançarem com os trabalhos, tudo nos termos das regras impostas pelo Código dos Contratos Públicos, facto pelo qual lhe foi exigida a prestação de uma garantia bancária no valor de €6.768.126,00. Tendo já executado trabalhos, a empresa veio agora pedir que se reduza o valor desta garantia, o que considera legítimo. O único reparo que os serviços fazem é que, no âmbito deste concurso de conceção e execução, na fase de conceção, o valor associado ao projeto foi de €220.000,00, que foram pagos, na altura, facto pelo qual não podem entrar nas contas desta garantia. Portanto, os serviços fazem a observação de se retirar o valor dos €220.000,00, concordando, de resto, com o pedido deste consórcio empresarial. O que está em causa é, pois, a redução da garantia dos já referidos €6.768.126,00 para os €3.542.460,27.

Tomou a palavra o Vereador José Rodrigo, que alertou que deveria ser junto o auto respeitante à equivalência deste valor.

Acerca deste ponto, o Vice-Presidente informou que não deve ser só um auto, mas sim vários, pois trata-se de uma obra de grande dimensão, com diferentes vertentes, como por exemplo, a componente fotovoltaica, a componente do hidrogénio, a componente do 5G – Telecomunicações e a componente dos Postos de Carregamento Elétrico. Explicou, seguidamente, que, neste investimento, o que está mais atrasado, de acordo com a calendarização dos trabalhos, é precisamente o hidrogénio verde e os Postos de Carregamento Elétricos, porque foi priorizado o Parque Fotovoltaico, que já está quase em fase de conclusão, e o 5G, cujas antenas já foram instaladas.

Concluiu, referindo que há responsabilidade dos serviços e que não é necessário juntar aqui a documentação toda ou colocar tudo em causa, até porque o processo de empreitada se encontra disponível para consulta.

Interveio, de novo, o Vereador José Rodrigo que indagou se já foi feito algum pagamento por parte do PRR, em relação a esta empreitada.

O Vice-Presidente disse que sim e que tal assunto já fora abordado pelo Senhor Presidente em sede de uma anterior reunião de Câmara.

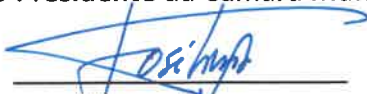
O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 97468 de 01-07-2025 e ao abrigo do n.º 2 do artigo 295.º do CCP, a aprovação da liberação parcial da garantia bancária n.º GAR/24300648, emitida pelo Banco BPI, SA, no montante de 3.542.460,27 EUR, resumindo esta garantia, de ora em diante, ao valor de 3.225.665,73 EUR.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.43 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Vice-Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ava Tereza Teagueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal



José Adriano Esteves Lima